



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 029/2024

(Plenária Presencial)

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e vinte quatro, às dez horas e trinta minutos, reuniram-se para Assembleia Ordinária, nas dependências da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, Av. João Pessoa, 1105 – Azenha – Porto Alegre, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**; Eduarda Roos Enes, **Casa do Menino Jesus de Praga**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto Alegre**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; Débora Nunes, **Fundação O Pão dos Pobres**; Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços – ACM**; Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo**; Rose Ceroni Canabarro, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – Asafom**; e Luiz Alberto Mincarone, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel**.

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Paulo Meira, **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS**; Adriana Paz e Luciana Ribeiro, **Secretaria Municipal de Educação - SMED**; Paula Picon, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**; e Aline Borges, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – Smelj**.

DEMAIS PRESENTES:

Íris Cândido, **Administrativo SMDS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

31 Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

32 **1. ABERTURA;**

33 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
34 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Bom dia, então. Só para trazer um retorno
35 para vocês. Nós estamos com uma comissão fazendo visita ainda nas instituições para a
36 Resolução 037. Por eles estarem lá também, a gente não conseguiu fechar totalmente as
37 avaliações. Então, acho que a gente não vai conseguir passar agora, mas eu queria combinar
38 com vocês a gente fazer uma extraordinária, se possível na segunda, online, e aí a gente
39 poderia ver se de manhã, eu sempre prefiro o primeiro horário da manhã ou o primeiro horário
40 da tarde, né? E daí a gente já elimina várias coisas durante o dia. O que eu quero só dizer para
41 vocês? Tinha entrado 18 instituições solicitando o recurso, a maioria das instituições solicitou
42 o valor integral de até 250 mil. E também teve instituições em que a gente organizou, solicitou,
43 na verdade, a alguma coisa de responsabilidade técnica, a gente sinalizou de que é importante o
44 responsável técnico, porque também para ter um responsável técnico tem que ter já o
45 pagamento, né? Tu paga para um responsável técnico, tu paga para a planta ou qualquer coisa
46 que tu vai fazer. E, por enquanto, essas instituições não teriam isso, mas a gente sinalizou que
47 é importante, principalmente quando a instituição quer fazer algo mais estrutural. A gente
48 visitou todas as instituições que enviaram a documentação, porque é bem importante a gente
49 ter certeza do que a instituição está querendo, a gente poder ver o território. A gente viu de
50 que para muitas o recurso vai ser insuficiente, com certeza, né? Também a gente, apontou
51 bastante a questão de instituições que têm serviços em educação e assistência, de usar o
52 recurso para a assistência, né? Porque a educação, de acordo com a fala do secretário, está
53 100% atendida pela SMED. Então, eu gosto de deixar claro que foi a fala do secretário sobre
54 isso. Orientamos também as instituições que, quando elas disseram de que não estava 100%,
55 que a SMED não repassou 100% ou que eles precisavam de mais recurso e que eles pudessem
56 fazer todo esse processo novamente, de acordo também com a fala do secretário, eu acho que
57 é importante a gente sempre deixar claro de que este recurso que a gente está pleiteando, de
58 passar para as instituições, é um recurso organizado pelo Conselho que vai para o público da
59 assistência. E também, lembrando, eu acho que eu não posso deixar de falar, que se tivesse
60 dado tudo certo como nós organizamos, o recurso já era para estar nas contas das instituições
61 em desde julho. Então, não foi por uma questão que o CMDCA não correspondeu ou não fez.
62 Então, foi além disso, e aí não deu certo recurso. Então, a gente poderia organizar para que

63 horário, na segunda, a plenária? Pela manhã, pode ser? Pode ser às 9:00? Então, tá! Então,
 64 segunda-feira, teremos uma plenária online, às 9:00 horas. Alguma comissão? Registro, não?
 65 Finanças? Não? Políticas? Não acredito! Uma questão só que eu me lembrei agora. Iris, sabe
 66 como é que estão as comissões de visita e monitoramento? Porque o CMDCA só foi chamado
 67 daquela vez? **Íris Cândido, Administrativo CMDCA/SMDS:** A secretaria está fazendo.
 68 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
 69 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** E no momento que a gente puder participar
 70 junto nos avisa, por favor, para a gente poder fazer junto, senão a gente não vai fazer. Eu pedi
 71 para a Íris colocar ali na tela, esta é uma proposta de construção para um diagnóstico. Aí tem a
 72 diferença entre organizações de atendimento direto, indireto, governamental. Aqui na
 73 justificativa também, a gente fala da questão do porquê do embasamento nas leis, no ECA e
 74 tudo mais. Aqui a gente trata questões, porque a gente está querendo fazer o diagnóstico, que
 75 são questões em relação ao Covid, o que acontece dentro dos territórios, das regiões. E tendo
 76 em vista a inexistência da capacidade técnica dentro do poder público para esta execução,
 77 propomos a contratação de uma consultoria externa, que possa realizar essa tarefa, dando
 78 suporte à missão do conselho, na formulação de políticas públicas, dando suporte. Aí, depois a
 79 gente trouxe da questão do que a gente está propondo, que é a contratação de uma empresa,
 80 de uma instituição, que possa fazer um diagnóstico dentro dos territórios, dentro das regiões
 81 para a gente poder ter subsídios também, para a gente acabar fazendo nossos planos, todas as
 82 nossas questões. Então, ali é realizar o levantamento dos dados e diagnóstico das políticas
 83 socioassistenciais. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Ali, naquela parte da
 84 missão, não precisa colocar, porque é uma atribuição específica do conselho de formulação de
 85 políticas públicas. Lá em cima, quando fala da missão: "Tendo em vista a inexistência de
 86 capacidade técnica dentro do poder público para essa execução, propomos a contratação de
 87 uma consultoria externa que possa realizar essas tarefas, dando suporte à atribuição do
 88 conselho, na formulação de políticas públicas". Isso não precisa. **Carolina Aguirre da Silva,**
 89 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
 90 **do CMDCA:** Dando suporte ao Conselho, né? **Luciane Escouto, Instituto Leonardo**
 91 **Murialdo:** Conselho, mas porque a missão não precisa, porque o conselho tem atribuições.
 92 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**
 93 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá, então, retira ali. **Luciane Escouto,**
 94 **Instituto Leonardo Murialdo:** E aquela questão da inexistência técnica ali, vocês vão deixar

95 dessa forma? Direto? Quem sabe a inexistência de capacidade técnica dentro do poder público.
 96 Não pode ser momentânea, alguma coisa assim? A inexistência de capacidade técnica no
 97 momento. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Pode ter
 98 capacidade técnica, mas não tem disponibilidade. Então acho que a questão é de, tendo em
 99 vista a falta de disponibilidade, de pessoas qualificadas. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo**
 100 **Murialdo:** A falta de disponibilidade. Se fala “falta de existência”, vão dizer que são
 101 competentes, mas então, falta de disponibilidade. Disponibilidade de técnicos, técnicos
 102 capacitados. **Carolina Fraga, Associação Cristã de Moços – ACM:** Eu acho que não é uma
 103 questão de ser incompetente, né? Uma questão de se existe esse setor e essa equipe que possa
 104 desenvolver esse trabalho. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Fica mais sutil.
 105 **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do**
 106 **Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Fica mais amigo. **Carolina Aguirre da Silva,**
 107 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**
 108 **do CMDCA:** Ali a gente colocou no objetivo geral, bem geral, que é políticas
 109 socioassistenciais de forma geral. Aí depois os específicos: “Contratar a empresa, mapear as
 110 políticas socioassistenciais nos territórios, traçar os perfis dos atendidos, diagnosticar vazios de
 111 atendimento, projetar o número de ampliação de metas, conforme a necessidade identificada
 112 em cada política, indicar formas de viabilizar a ampliação e implantação das políticas de
 113 atendimento através do diagnóstico técnico, com vista à elaboração ou atualização de planos
 114 municipais, identificar possíveis fatores de risco à violação de direitos das regiões de
 115 Orçamento Participativo, Conselho Tutelar, Plano Diretor e das redes de proteção,
 116 disponibilizar e publicizar a síntese do diagnóstico, construir um banco de dados com as
 117 informações coletadas a partir do diagnóstico, realizar seminário de apresentação do
 118 diagnóstico para os atores da rede socioassistencial”. **Luiz Alberto Mincarone, Associação**
 119 **Beneficente Amurt-Amurtel:** Não teria que também indicar ou sugerir soluções? **Luciane**
 120 **Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Isso aí, acho que vai ter que vir de indicar formas de
 121 viabilizar a ampliação e implantação de acordo... Indicar formas de viabilizar. **Luiz Alberto**
 122 **Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Tem que ser a implantação de quê?
 123 **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu acho
 124 que a pesquisa ela vai apontar algumas conclusões, né? Uma constatação posterior, tu não
 125 vai... Uma pesquisa tão ampla assim não. O objeto é grande demais. **Luciane Escouto,**
 126 **Instituto Leonardo Murialdo:** É. Aí a gente já está falando: “Diagnosticar vazio de

atendimento, projetar número de ampliação de metas conforme a necessidade, ah, identificada em cada política”. Isso vai dar a ampliação e implantação também, só que tem que ser de uma outra forma, que isso aí pode entrar dentro do quê? Da parte da finalização ou até mesmo na metodologia. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu acho que, na verdade, essa parte de indicar formas de viabilizar não entraria para eles. Isso é uma constatação posterior. Depois, com o diagnóstico, o Conselho vai olhar, né? Tem um vazio de atendimento, precisamos implantar tal serviço em tal território. **Luciane Escuto, Instituto Leonardo Murialdo:** E de baixo também: "Identificar possíveis fatores de risco à violação dos direitos da criança estabelecidos no estatuto, das regiões de orçamento participativo, conselho tutelar, plano diretor e das redes de proteção". **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Essa empresa, ela pode ter a expertise, mas o Conselho está dando indicativo com quem que ela pode conversar. Mas eu acho que isso aqui é importante, que é isso que a gente quer. **Luciane Escuto, Instituto Leonardo Murialdo:** Sim. Mas daí bota lá na metodologia. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Porque os vazios de atendimento, como é que ele chega lá nos vazios de atendimento? Ela pode ter expertise, essa empresa que quer contratar, a consultoria, já vai ter que chegar em alguém. E ali o Conselho está dizendo: "Olha, quando tu chegar lá, né? Tu vai identificar isso", mas através de quem que tu vai chegar? Como que tu vai chegar? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu acho que, tanto a indicar formas de viabilizar e identificar possíveis fatores, poderia ser a forma de fazer, se não um objetivo de, né? Como por exemplo, não sei agora se entraria como um objetivo, mas penso em que é interessante essa empresa entrar em contato com todos os agentes ou todos os atores que trabalham com criança e adolescente, desde OSC a conselho tutelar, desde posto de saúde, CRAS, CREAS e aí vai, sabe? Que entra toda a rede. **Luciane Escuto, Instituto Leonardo Murialdo:** Porque eu acho que dá para a gente fazer um objetivo amplo, identificar possíveis e depois colocar lá na metodologia, essas duas questões ali. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Queria fazer uma sugestão também, talvez “identificar” o perfil dos atendidos e não “traçar”. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ah sim! Aí, “identificar o perfil das crianças

e adolescentes dos territórios”. Na hora que nós formos apresentar os instrumentos, né? Aí, a metodologia, tem que apresentar para o conselho primeiro e daí o conselho vai fazer uma seleção. [Falas concomitantes]. Então, o período para fazer todo esse mapeamento é de 12 meses, tá? O resultado e impacto ali, com a execução deste trabalho vai ser possível identificar quais setores da cidade qual seguimento da população estão os atendidos, permitindo focar o uso dos recursos disponíveis onde são mais necessários. E aí o ano de 2025, a apresentação do diagnóstico plurianual, para o exercício 26/29. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Aquela questão de setores ali: “Com a execução deste trabalho será possível identificar quais setores da cidade”; seria para as políticas? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É. Ali eu acho que não é nem quais políticas públicas e nem quais setores, porque parece que tu está dando para um e não dando para o outro, né?! Mas as demandas da sociedade. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Eu acho que pode ser até redundante, eu acho, o que está pegando, o que a gente ouve sempre é a questão da saúde. Mas aí a gente tem a questão lá do risco social, o trabalho infantil. E agora com a diminuição de Ação Rua na cidade, as crianças depois das cinco estão em um espaço que não é para estar, por causa do Ação Rua que já não está atendendo eles. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu acho que ali: “com a execução deste trabalho será possível identificar quais políticas”. Certo? E até a questão da interseção. Quais políticas públicas, quais regiões e quais vazios, maiores investimentos. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Isso, e a questão de segmento tira, porque é referente a crianças e adolescente. Porque vai aparecer nesse diagnóstico até a questão da habitação, né? A questão das enchentes. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Sim. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Eu não sei o que quiseram dizer no segmento lá. Mas hoje a gente tem um recorte aí da juventude que não está sendo assistida. Quantas metas tem o trabalho educativo na cidade? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – CAIMC (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Sim. Quais políticas públicas em quais regiões da cidade são necessários maiores investimentos. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Agora

191 ali, aqueles outros dois objetivos, a gente pode botar ali no resultado e impacto. Pessoal, a
192 metodologia vai ser descrita, daí a gente coloca ali isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**
193 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Mas aí
194 tem que escrever de uma outra forma e colocar um objetivo amplo para aquelas duas questões,
195 que é a dos Planos Municipais e a da articulação para eles. O restante acho que tudo pode tirar
196 deste parágrafo ali. E aquele segundo parágrafo ali, depois no ano de 2025, eu acho que pode
197 tirar tudo também. E depois “maiores investimentos” também pode tirar. Isso, né?! Tá, então,
198 vamos até aqui, depois vocês me mandam, por favor, que daí eu coloco ali no grupo. É isso,
199 gente. É isso gente, então? Terminamos.

200 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos
201 Direitos da Criança e do Adolescente, às 11h45min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia
202 Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.